

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº _____ de _____ / _____ 2004

Dos Srs. Deputados Lincoln Portela e José Santana de Vasconcellos

Solicita sejam convidados a comparecer a esta Comissão, o Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército Jorge Armando Félix, o Comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno e o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, e o ex-Ministro do Exército, General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, afim de prestarem esclarecimentos sobre a estratégia de defesa da Amazônia brasileira, sua atual situação, perspectivas, e o risco de desnacionalização da área pela atuação de ONG's.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, para que sejam convidados a comparecer para audiência, em data conveniente a ser agendada, o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General-de-Exército Jorge Armando Félix, o Comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno e o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho e o ex-Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves ao Plenário desta Comissão, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a defesa da Amazônia, os riscos de desnacionalização daquela região, bem assim, da atuação de organizações internacionais – governamentais ou não – na Amazônia brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

Nossos dias têm assistido a uma preocupação cada vez maior com a preservação da nossa Amazônia. A abundância de recursos minerais, em especial a água, somado à imensa biodiversidade encontrada em suas florestas, há anos vem atraindo a atenção e a cobiça das nações mais poderosas do planeta.

Sob o difuso manto do ambientalismo exacerbado – movimento acelerado a partir do final dos anos 80 – representantes das mais diversas entidades não governamentais passaram a transitar em nossa Amazônia em missões supostamente assistenciais ou científicas.

Ao mesmo tempo, começaram a surgir denúncias de que plantas e derivados tipicamente nacionais estariam sendo patenteadas por outras nações; áreas indígenas estariam sendo demarcadas em zona de fronteira ou sobre ricas jazidas minerais, aí incluídas nascentes de água; tribos inteiras de índios estariam rejeitando a nacionalidade brasileira.

Na Amazônia brasileira, as fronteiras estão indefinidas. Índios recusam-se a se considerar brasileiros, ONG's mundiais atuam livremente e o fantasma da internacionalização leva as forças armadas a realizar manobras de defesa. Pergunta-se: o País vai perder território?

A própria fronteira nacional está sendo redefinida para menos. Virtualmente 5 mil quilômetros quadrados que separam o Brasil de sete países vizinhos, já não mais estariam sob controle do Estado e, sim, sob a supervisão de aldeias indígenas, dominadas por ONG's, as quais controlam, inclusive, o tráfego em rodovias federais, deixando transitar apenas alguns "autorizados", quase sempre membros de ONG's nas reservas.

A restrição ao tráfego atingiria, inclusive, aos representantes do poder estatal, como, por exemplo, situação verificada em 16 de novembro de 1995, quando integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST apoiados por índios, teriam impedido a passagem de um comboio do Batalhão de Infantaria da Selva pela rodovia PA-150, quase chegando a um desfecho sangrento.

Mesmo aeronaves comerciais estariam sendo obrigadas a desviar suas rotas, aumentando o desconforto de seus passageiros e o custo de suas operações, enquanto qualquer cidadão brasileiro estaria proibido de exercer quaisquer atividades econômicas naquelas áreas.

Tribos indígenas estariam ameaçando afundar embarcações que naveguem por quaisquer hidrovias criadas em suas áreas.

Estamos perdendo o Estado? Onde fica a autoridade do governo diante de tais situações?

O Brasil está perdendo o Brasil. E essa realidade pode nos levar, a médio prazo, a uma situação de defesa territorial efetiva.

Despovoadas, as terras da Amazônia estão se confundindo com parques nacionais criados na Venezuela e na Guiana, formando uma zona internacional sujeita a qualquer tipo de ingerência externa.

Cabe a constatação de que as áreas indígenas já ocupam nada menos que 60 milhões de hectares naquela região. Existem sérias evidências de que traficantes, guerrilheiros, garimpeiros e índios apoiados por ONG's atuam livremente na Amazônia.

O fantasma da internacionalização da Amazônia tem uma sólida espinha dorsal. Áreas exclusivas para índios já formam um corredor que nasce na Guiana e se estende até, apenas, a 120 quilômetros de Manaus.

Nada menos que 46 por cento da área do Estado de Roraima não pode ser ocupada economicamente, em razão de reservas indígenas já

demarcadas. Ali, ao contrário do que se estuda em nossas escolas, em que tudo ainda é Brasil, para as ONG's o que existe é, sim, a Nação Ianomami, com seus 9,7 milhões de hectares na fronteira com a Venezuela.

Diante desse quadro, onde a ingerência externa grassa entre as comunidades indígenas nacionais, **não chega a ser surpresa que encontremos índios proprietários de carros importados e aviões, além de tribos dotadas de moderno equipamento de rádio e telefonia. Existem suspeitas de que o financiamento dessa prosperidade venha do contrabando de pedras preciosas e madeira. Que os índios estão sendo usados como mão-de-obra barata nas mãos de pessoas e instituições inescrupulosas.**

E nessa imensa área virgem vivem 11 mil Ianomamis. É preciso que seja convincentemente explicada a real necessidade que essa comunidade tem de tanta área, impossível de ser percorrida à pé em apenas uma geração.

O interesse internacional já foi detectado por autoridades de hoje e ontem. Sobejam depoimentos de que há uma partida geopolítica poderosa sendo jogada, neste momento, na região e de que existem sérias ameaças sobre o território brasileiro, sendo portanto, a Amazônia, prioridade de defesa.

E sobejam indícios dessa ameaça, que não é nova. Em 1981, o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, uma ONG, declara que "a Amazônia é considerada por nós como patrimônio da humanidade. A posse dessa área pelos países que a compõe é meramente circunstancial."

Al Gore, então vice-presidente dos Estados Unidos da América declarou que: "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós". Cabe o registro de que esse cidadão é membro diretivo de uma ONG de grande atuação em nosso território.

François Mitterand, enquanto presidente da França, disse em 1989 que "o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia".

Não pode ser considerado mera coincidência o fato de que justamente o incremento das ações das ONG's está relacionado com o aumento do risco de perda dessa importante parte do território pátrio.

A defesa desse território é muito mais do que a manutenção de nossa soberania. Transcende a pequenez dos que, mal informados ou manipulados, consideram a preocupação com ameaças externas uma "paranóia" ou um "exagero" nacionalista. A defesa da Amazônia é um legado, capaz de garantir o acesso à água, aos minerais e às imensas áreas de desenvolvimento sustentado às gerações futuras.

A possibilidade de uma reserva indígena declarar independência do Brasil e, imediatamente, obter reconhecimento dos Estados Unidos e da Comunidade Européia é concreta e palpável. E qualquer reação nacional seria encarada como um ato de guerra. Pode-se muito bem imaginar o desembarque de fuzileiros americanos em nossa Amazônia, com o pretexto de garantir a "liberdade" e a "democracia" do povo Ianomami, que estaria sendo oprimido pelo governo e pelo povo brasileiro.

É preciso dizer em alto e bom tom: o Brasil não é o Iraque.

O governo federal precisa entender essa situação e, ato contínuo, aumentar e acelerar o repasse de verbas para equipar nossas forças armadas,

que, louve-se, contam com profissionais do mais alto gabarito, abnegados, treinados e prontos para defender a pátria.

Além disso, é preciso tornar efetivas as medidas já adotadas. O SIVAM, Sistema de Vigilância da Amazônia, custou milhões de dólares e já está em funcionamento, provando toda sua eficiência. Aeronaves de combate da Força Aérea Brasileira estão de prontidão e, costumeiramente, interceptam aparelhos suspeitos e hostis.

Consta que os Estados Unidos fizeram enorme pressão contra a sanção da Lei do abate, aprovada pelo Congresso. Logo eles, tão zelosos que são por sua segurança e que, sem dúvida, não hesitariam em abater e destruir qualquer avião que violasse seu espaço aéreo. Lá, mesmo embaixadores e representantes de missões diplomáticas são obrigados a se despir para inspeção quando entram no país. Aqui, americanos entram com plena liberdade.

A excessiva preocupação dos Estados Unidos com o meio ambiente não se reflete em suas ações efetivas. O protocolo de Kioto continua sem ser ratificado pelos americanos; foram eles que levaram o genocídio indígena ao patamar de programa de Estado; sua atitude protecionista continua a pressionar os países emergentes, aumentando a miséria e, por extensão, a própria poluição. Que fazem essas ONG's de efetivo dentro das fronteiras dos países que as patrocinam?

Por tudo isso, considero que esta Casa não pode deixar de se manifestar, enquanto foro último de defesa dos interesses do povo brasileiro.

É nossa responsabilidade ecoar as justas preocupações de cada cidadão, que vem assistindo a situações como a verificada na reserva Raposa Serra do Sol e tantas outras que, antes, pontilhavam o noticiário e, hoje, avultam aos olhos.

Um país com as dimensões e a área florestal do Brasil, realmente precisa ter sob severo controle as suas fronteiras, ou jamais terá qualquer controle sobre a entrada em seu território de drogas, armas, e outras formas de contrabando.

A questão indígena nacional, os critérios para a demarcação de reservas, a atuação de ONG's, tudo se mescla numa mesma ameaça, que precisa ser enfrentada pela Câmara dos Deputados e, por isso, espero ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela Mesa.

Sala das Sessões, de de 2004.

e